

O TRABALHO PEDAGÓGICO: ORGANIZAR É ESSENCIAL

TEACHING WORK: ORGANIZATION IS ESSENTIAL

Ciências Humanas • 11/03/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/773214772](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/773214772)

Cejane de Paula Fernandes Távora

RESUMO

Este artigo aborda a organização do trabalho e as práticas pedagógicas, no contexto educacional, considerando a necessidade de constante atualização durante o processo, observando a legislação vigente, as diretrizes, buscando motivar os alunos e valorizar os professores, através de uma gestão democrática, a realidade da comunidade escolar, a construção de um projeto político pedagógico com a participação dos gestores, professores, alunos e pais de alunos.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico, Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

This article addresses the organization of work and pedagogical practices, in the educational context, considering the need for constant updating during the process, observing current legislation and guidelines, aiming to motivate students and value teachers through democratic management, the reality of the school community, and the construction of a political pedagogical project with the participation of administrators, teachers, students, and parents of students.

Keywords: Political Pedagogical Project, Pedagogical Practices.

1. INTRODUÇÃO

A organização do trabalho e as práticas pedagógicas no contexto escolar devem ser analisadas como um processo dinâmico, que leva em conta a realidade da comunidade escolar, o perfil dos alunos e as metas educacionais a serem alcançadas. Esse processo envolve desafios constantes, como a diversidade dos alunos e a adaptação às diferentes formas de aprendizagem. As políticas educacionais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Constituição Federal, a

LDB e as Diretrizes, refletem diretamente no planejamento e nos resultados da educação, influenciando a prática pedagógica em sala de aula.

Um planejamento adequado permite que os professores integrem teoria e prática, aplicando os conteúdos de maneira estratégica e ajustando-os conforme necessário ao longo do processo de ensino. Dessa forma, é possível garantir que os objetivos educacionais sejam alcançados de forma eficaz, promovendo um ensino de qualidade. A gestão escolar, por sua vez, deve ser orientada pelas legislações e diretrizes nacionais, assegurando que todas as práticas estejam em conformidade com as exigências legais.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola é um documento fundamental nesse processo, pois define os princípios, as metas e as estratégias a serem seguidas pela comunidade escolar. Sua elaboração deve envolver gestores, professores, funcionários e pais de alunos, promovendo uma gestão democrática e colaborativa. Esse envolvimento permite uma constante reavaliação das ações pedagógicas, ajustando-as conforme os resultados alcançados, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino e atender às necessidades de todos os alunos.

A organização do trabalho pedagógico nas escolas básicas é um processo que envolve diversos aspectos e práticas, visando otimizar o ensino e garantir uma aprendizagem significativa para os alunos.

A organização do trabalho pedagógico se refere ao planejamento e à estruturação das atividades educacionais dentro da escola, considerando os recursos disponíveis, os conteúdos a serem ensinados, e as metodologias de ensino utilizadas. De acordo com

Pimenta e Lima (2018)¹, a organização pedagógica é uma ação intencional que busca integrar teoria e prática, alinhando os conteúdos curriculares às necessidades dos alunos. Ela envolve a definição de objetivos claros, o planejamento de estratégias de ensino, a avaliação do progresso dos alunos e a adaptação do ensino conforme as dificuldades encontradas ao longo do processo.

O trabalho pedagógico também está intimamente relacionado ao currículo escolar. A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) propõe uma organização curricular para garantir que todos os alunos, independentemente de onde estudem, tenham acesso aos mesmos conteúdos e aprendizagens essenciais, assegurando a equidade e a qualidade da educação. No entanto, a forma como esse currículo é implementado pode variar, dependendo da realidade de cada escola e comunidade escolar.

Existem diversas abordagens pedagógicas que influenciam a organização do trabalho pedagógico. As abordagens tradicionais, ainda presentes em muitas escolas, baseiam-se na transmissão direta de conhecimento do professor para os alunos, com foco na memorização e na avaliação quantitativa. No entanto, abordagens mais contemporâneas, como o construtivismo, defendem que o aluno deve ser o protagonista de seu aprendizado, com o professor atuando como mediador do conhecimento.

Segundo Libâneo (2017)², o modelo construtivista propõe que o ensino seja centrado na aprendizagem ativa, estimulando os alunos a construir o conhecimento por meio da experiência, da reflexão e da interação com o mundo. Essa abordagem exige uma organização pedagógica mais flexível, que permita a adaptação dos conteúdos e

a utilização de metodologias diversificadas, como o trabalho em grupo, projetos interdisciplinares e o uso de tecnologias digitais.

Outra abordagem importante é a pedagogia crítica, que propõe a reflexão sobre as desigualdades sociais e a formação de cidadãos críticos e participativos. Essa abordagem demanda uma organização pedagógica que não apenas ensine conteúdos acadêmicos, mas que também promova valores sociais, éticos e políticos.

A forma como o trabalho pedagógico é organizado tem um impacto direto no aprendizado dos alunos. De acordo com estudiosos como Tardif (2014)³, um planejamento bem estruturado, aliado a metodologias adequadas, pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, afetivas e sociais dos estudantes. Uma organização pedagógica que se atenta às necessidades individuais dos alunos, promovendo um ensino diferenciado e inclusivo, tende a resultar em melhores índices de aprendizagem e maior motivação.

Além disso, a avaliação desempenha um papel fundamental na organização do trabalho pedagógico. Para que os alunos possam progredir em seu aprendizado, é necessário que a avaliação seja contínua, formativa e focada no desenvolvimento das competências dos estudantes, e não apenas na mensuração de seu desempenho por meio de provas e exames. Avaliar o processo de ensino-aprendizagem de forma constante permite ao professor ajustar suas práticas pedagógicas para atender melhor às necessidades dos alunos (Gadotti, 2015)⁴.

A estrutura das escolas básicas no Brasil é definida por uma série de normas e práticas que visam garantir o funcionamento eficiente do

ambiente escolar. Tradicionalmente, as escolas são divididas por ciclos de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental e, em alguns casos, Ensino Médio), com uma organização horária e disciplinar que varia de acordo com a instituição. Normalmente, a jornada escolar é estruturada com períodos de aulas seguidos de intervalos, e a divisão de disciplinas busca atender às necessidades cognitivas dos alunos, proporcionando uma formação ampla e diversificada (Lima, 2016)⁵.

No entanto, essa estrutura pode apresentar desafios, como a superlotação de turmas e a falta de recursos, o que impacta diretamente no trabalho pedagógico. Em algumas escolas, a participação ativa dos alunos nas decisões pedagógicas ainda é limitada, sendo o ensino mais centrado no professor. A questão da participação dos alunos, porém, tem ganhado cada vez mais importância, pois a educação contemporânea reconhece o aluno como protagonista de seu próprio aprendizado (Freire, 1996)⁶. Portanto, a estrutura escolar deve possibilitar a interação entre os alunos e o conteúdo, favorecendo a troca de experiências e o desenvolvimento de habilidades sociais.

2. METODOLOGIAS

O plano de aula é uma ferramenta fundamental para a organização do trabalho pedagógico, pois direciona a ação do professor e define os objetivos e os conteúdos a serem abordados, além das estratégias que serão utilizadas para atingir esses objetivos. Uma boa organização do plano de aula deve considerar a diversidade dos alunos, reconhecendo as diferentes necessidades e ritmos de aprendizagem. Os professores, em muitas escolas, utilizam metodologias ativas, como o ensino por projetos, aprendizagem

cooperativa, e o uso de tecnologias educacionais, para tornar as aulas mais dinâmicas e interativas (Macedo, 2019)⁷.

Além disso, a diversidade de alunos, incluindo aqueles com deficiência, alunos de diferentes origens culturais e socioeconômicas, exige que o trabalho pedagógico seja adaptado para atender a essas necessidades. Isso significa que os professores devem buscar metodologias que promovam a inclusão, como o uso de materiais didáticos diversificados, recursos audiovisuais e atividades que estimulem o desenvolvimento de competências socioemocionais (Gadotti, 2015)⁴.

O uso das tecnologias educacionais tem se mostrado um recurso importante nesse contexto, pois proporciona novas formas de interação e aprendizado. Ferramentas digitais, como plataformas de ensino online, aplicativos educativos e recursos multimídia, têm sido incorporadas ao trabalho pedagógico, proporcionando um ambiente mais interativo e conectando os alunos ao mundo contemporâneo (Tardif, 2014)³.

A avaliação do desempenho dos alunos é um componente essencial da organização pedagógica, pois ela permite monitorar o progresso dos estudantes e ajustar o ensino conforme necessário. No entanto, é fundamental que a avaliação seja contínua e formativa, ou seja, que aconteça ao longo de todo o processo de aprendizagem e não apenas ao final de um ciclo ou unidade. Isso permite ao professor identificar dificuldades em tempo real e oferecer suporte imediato aos alunos (Perrenoud, 2017)⁸.

As formas de avaliação podem incluir provas, trabalhos em grupo, apresentações e atividades práticas, mas o foco deve ser sempre no

desenvolvimento das competências e habilidades dos alunos, e não apenas na aquisição de conteúdo. Além disso, o feedback fornecido aos alunos deve ser claro, construtivo e orientado para o aprimoramento do processo de aprendizagem, de modo que os alunos possam refletir sobre seu desempenho e buscar formas de melhorar (Soares, 2018)⁹.

A interação entre os diferentes membros da comunidade escolar é um dos pilares da organização do trabalho pedagógico. Professores, coordenadores pedagógicos, gestores, alunos e pais devem colaborar de maneira contínua e integrada para garantir que os objetivos educacionais sejam alcançados. A participação dos pais, por exemplo, é essencial para o sucesso escolar dos alunos, pois a comunicação entre a escola e a família fortalece o apoio ao aluno em sua trajetória educativa (Nóvoa, 2007).¹⁰

Além disso, os professores devem trabalhar de forma colaborativa, compartilhando práticas pedagógicas, discutindo desafios comuns e buscando soluções coletivas para melhorar o processo de ensino-aprendizagem. A gestão escolar deve criar um ambiente que favoreça essa colaboração, estabelecendo canais de comunicação eficazes entre todos os envolvidos no processo educativo (Lück, 2010).¹¹

A educação escolar tem como finalidade fundamental a formação integral do aluno, desenvolvendo suas competências cognitivas, sociais, emocionais e éticas. O trabalho pedagógico deve ser orientado para a construção do conhecimento, mas também para o desenvolvimento de habilidades que permitam ao aluno se tornar um cidadão crítico, capaz de atuar de forma consciente e responsável na sociedade (Cury, 2011).¹²

A educação escolar não deve se limitar ao ensino de conteúdos acadêmicos, mas deve também formar valores, atitudes e habilidades que favoreçam a convivência em sociedade, o respeito à diversidade e a promoção de uma educação inclusiva e democrática. Portanto, a organização do trabalho pedagógico deve estar alinhada a esse propósito, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas condições sociais ou culturais, tenham acesso a uma educação de qualidade que os prepare para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.⁸

As políticas educacionais elaboradas a partir da década de 1990 desempenham um papel fundamental na configuração do cenário atual da educação no Brasil, especialmente no que diz respeito à escola pública e seu papel social. Com a adoção de políticas baseadas em critérios econômicos, essas diretrizes afetaram diretamente o desempenho das escolas, acentuando as disparidades entre o ensino público e privado. Em muitos casos, essa divisão resultou na marginalização da educação pública, que passou a ser vista como um local de socialização e acolhimento social, enquanto a escola privada foi associada à excelência acadêmica e ao foco no aprendizado (Libâneo, 2012).²

Segundo Torres e Coraggio (2001)¹³, a versão simplificada da Declaração de Jomtien adotada por vários países em desenvolvimento refletiu traços característicos das políticas educacionais do Banco Mundial. Essas políticas, com seu viés economicista, buscavam a redução da pobreza e o desenvolvimento socioeconômico por meio da oferta de serviços básicos como saúde e educação. Contudo, a educação passou a ser reduzida a um conjunto de competências observáveis e mensuráveis, estabelecendo padrões de rendimento que, muitas vezes,

simplificam o processo educacional e o tornam um mecanismo de controle. A avaliação em larga escala, com base em competências mínimas, resultou em um processo de flexibilização das metodologias de ensino, mas com a centralização na aplicação das avaliações, transformando-as em um critério decisivo para o desempenho das escolas e professores.

Martínez Boom (2004)¹⁴ discute a visão do Banco Mundial sobre as "necessidades básicas de aprendizagem" e seu impacto nas políticas educacionais. Segundo ele, a satisfação dessas necessidades se tornou um pré-requisito para o desenvolvimento humano, com índices como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) sendo utilizados para medir os avanços. A educação, nesse contexto, passou a ser entendida como a aquisição de capacidades básicas para a vida, como leitura, escrita e cálculos, sem considerar plenamente os aspectos de formação integral do aluno. Essa concepção reduziu o papel do professor a um mero transmissor de conteúdo, minimizando sua importância na formação cognitiva dos estudantes.

O conceito de "desenvolvimento humano" proposto por Boom enfatiza a valorização do indivíduo, buscando um desenvolvimento que seja mais próximo das necessidades e do reconhecimento de cada ser humano como um agente de seu próprio progresso. Esse entendimento contrasta com as políticas que ainda privilegiam a formação de habilidades técnicas voltadas para a inserção no mercado de trabalho, sem levar em consideração a formação integral do cidadão. Isso contribui para a perpetuação de um dualismo perverso no sistema educacional brasileiro, onde as escolas públicas são vistas como um espaço de acolhimento social para os mais pobres, enquanto as escolas privadas se destinam a

proporcionar um aprendizado mais qualificado e voltado para o mercado.¹⁵

Nesse cenário, a função social da escola pública vai além da mera socialização dos alunos. Ela se configura como um espaço de aprendizagem de conteúdos acadêmicos, desenvolvimento de habilidades e preparação para a vida em sociedade e no mercado de trabalho. Isso implica que a escola deve estar preparada para enfrentar os desafios impostos pelas desigualdades sociais e econômicas, promovendo a inclusão e respeitando a diversidade.

De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2012)², a escola é uma organização socialmente construída, e sua estrutura deve ser pensada de acordo com as necessidades e especificidades dos diferentes níveis de ensino. A Educação Básica é dividida em diversas etapas, como Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, além de modalidades como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Indígena e Educação Quilombola. Cada uma dessas etapas tem suas peculiaridades, o que exige um planejamento pedagógico específico.

O Ensino Fundamental, por exemplo, abrange nove anos de duração e atende crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos. Este período é marcado por intensas mudanças físicas, cognitivas e emocionais, o que impõe desafios significativos na elaboração de currículos e metodologias de ensino. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos (Resolução CNE/CEB nº 7/2010) indicam que é necessário superar as rupturas que ocorrem não apenas entre as etapas do Ensino Fundamental, mas também

dentro da própria etapa, entre os Anos Iniciais e os Anos Finais (Brasil, 2018).¹⁵

Por outro lado, o Ensino Médio representa a etapa final da Educação Básica e é considerado um direito público subjetivo de todos os cidadãos brasileiros. No entanto, a realidade educacional do Brasil aponta para uma série de desafios em relação à universalização do ensino médio e à garantia da permanência dos estudantes nesta etapa. A educação do Ensino Médio precisa ser repensada para além da simples expansão, buscando atender às demandas e expectativas dos alunos, preparando-os adequadamente para os desafios do futuro, tanto no campo do conhecimento quanto no mercado de trabalho.¹⁵

3. CONCLUSÃO

A organização do trabalho pedagógico na escola depende de uma abordagem colaborativa que envolva toda a equipe escolar. Um dos elementos centrais desse processo é o planejamento, que deve ser respaldado por um Projeto Político Pedagógico (PPP) bem fundamentado, dinâmico e flexível, com ajustes feitos ao longo do ano letivo para garantir que as metas estabelecidas sejam alcançadas. O objetivo é não apenas transmitir os conteúdos de forma eficaz, mas também despertar o interesse e a motivação dos alunos. A participação ativa de todos os membros da comunidade escolar — gestores, professores, funcionários e alunos — na elaboração e implementação do PPP é essencial para o sucesso do trabalho pedagógico.

O PPP possui características fundamentais, como ser inconclusivo, intencional, dialógico, concreto e coletivo, refletindo a necessidade

de um processo contínuo de reflexão e ajustes. Seus princípios norteadores incluem igualdade, qualidade, gestão democrática, autonomia da escola e valorização do magistério, todos voltados para a melhoria contínua da educação. Esses princípios asseguram que a escola seja um espaço inclusivo e de participação ativa, tanto no planejamento quanto na execução das ações pedagógicas.

A construção do PPP deve considerar vários elementos essenciais, entre eles: as finalidades da escola, sua estrutura organizacional, o currículo adotado, os processos de avaliação do ensino-aprendizagem, a organização do tempo escolar, os processos decisórios e as relações de trabalho entre os profissionais da educação. Quando a equipe escolar está comprometida com essas diretrizes, é possível criar um PPP eficaz, que leve em conta as necessidades da comunidade escolar e se ajuste conforme necessário para atingir os objetivos pedagógicos.

Um trabalho pedagógico bem estruturado e alinhado com as diretrizes do PPP reflete diretamente nos bons resultados educacionais, garantindo que a aprendizagem dos alunos seja significativa e que a escola cumpra seu papel na formação cidadã e no desenvolvimento integral dos estudantes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A organização do trabalho pedagógico nas escolas básicas é um processo dinâmico que depende não apenas da estrutura física e administrativa da escola, mas, principalmente, do envolvimento de todos os atores que compõem a comunidade escolar. Como vimos nas seções anteriores, o Projeto Político Pedagógico (PPP) desempenha um papel central nesse processo, pois reflete as

diretrizes e as metas que devem guiar as práticas educacionais dentro da escola. No entanto, para que o trabalho pedagógico seja efetivo, é necessário que ele seja flexível, adaptável e pautado nas necessidades reais dos alunos, considerando sua diversidade, os desafios econômicos e sociais que enfrentam e as especificidades da comunidade escolar.

As políticas educacionais, que desde a década de 1990 moldaram o cenário da educação básica, estão intimamente ligadas à forma como a escola se organiza e ao que se espera dela em termos de resultados. Como abordado, políticas de avaliação em larga escala, focadas em competências mínimas e na mensuração de resultados, impactaram diretamente a maneira como o trabalho pedagógico é organizado. A pressão por resultados tangíveis, como as taxas de aprovação e os índices de desempenho, muitas vezes transformou a educação em um processo voltado para a produção de números, em detrimento de uma formação integral e de qualidade para o aluno. Essa lógica reducionista, que coloca a educação sob o prisma do controle e da padronização, limita a liberdade pedagógica dos professores e prejudica o atendimento às necessidades individuais dos alunos.

A crítica a esse modelo é importante para refletirmos sobre a função social da escola pública, que vai além da simples socialização dos alunos. A escola tem a responsabilidade de garantir não apenas a aquisição de conteúdos acadêmicos, mas também de preparar os estudantes para a vida em sociedade, para o mercado de trabalho e para o enfrentamento das desigualdades sociais e econômicas. A organização do trabalho pedagógico deve, portanto, estar voltada para uma formação mais ampla, que promova a equidade e a

valorização da diversidade, e não apenas o cumprimento de um currículo rígido ou a aplicação de avaliações padronizadas.

Neste contexto, a participação ativa da comunidade escolar, incluindo gestores, professores, funcionários e pais, é essencial para garantir que o PPP seja eficaz e atenda às necessidades reais da escola. O PPP, com suas características de ser dialógico, coletivo e inconclusivo, deve ser um documento vivo, passível de revisões e ajustes, permitindo que o processo pedagógico acompanhe as mudanças sociais, culturais e econômicas ao longo do tempo. O papel do professor, como mediador do conhecimento, deve ser valorizado, e a gestão democrática deve ser um princípio central, garantindo que todos os envolvidos tenham voz nas decisões que afetam o ambiente escolar.

Além disso, a flexibilidade do trabalho pedagógico deve ser vista como um elemento essencial para a inovação e adaptação da escola às novas demandas. As metodologias de ensino precisam ser adaptadas para lidar com a diversidade dos alunos, promovendo a inclusão e considerando as diferenças individuais de aprendizagem. A utilização de tecnologias educacionais também deve ser incorporada de maneira estratégica, a fim de potencializar o ensino e torná-lo mais dinâmico e acessível a todos.

Em termos de avaliação, é importante que o foco não seja apenas o desempenho em provas padronizadas, mas que haja um acompanhamento contínuo do processo de aprendizagem, com feedbacks que ajudem os alunos a se desenvolverem de forma holística. A avaliação deve ser, portanto, um instrumento de diagnóstico e de promoção do aprendizado, e não uma simples ferramenta de controle. Isso exige uma mudança de paradigma, em

que a avaliação se torna parte integrante do processo pedagógico e não um fim em si mesma.

Ao refletirmos sobre o trabalho pedagógico nas escolas básicas, fica claro que a organização e a gestão da educação são aspectos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A educação deve ser vista como um direito de todos, e as escolas precisam ser espaços de formação integral, que considerem as especificidades dos alunos, suas necessidades e suas potencialidades. Dessa forma, o trabalho pedagógico deve ser pautado pela colaboração, pela adaptação às realidades locais e pela busca incessante pela qualidade educacional, visando não apenas a transmissão de conteúdos, mas a formação de cidadãos críticos e capazes de atuar ativamente na sociedade.

Portanto, a organização do trabalho pedagógico não é um processo simples, mas sim um conjunto de decisões interligadas que impactam diretamente a qualidade do ensino. Ao integrar uma abordagem reflexiva e crítica, que considere as particularidades da comunidade escolar e as necessidades dos alunos, é possível criar um ambiente de aprendizagem mais eficaz e significativo. Além disso, a implementação de práticas pedagógicas que adotem modelos mais interativos e centrados no aluno pode proporcionar uma educação mais inclusiva, dinâmica e, sobretudo, transformadora.

A organização do trabalho pedagógico nas escolas básicas envolve uma série de processos que buscam otimizar o ensino e garantir a aprendizagem significativa dos alunos. Esta organização não se limita apenas ao planejamento de conteúdos, mas também abrange a estrutura da escola, as metodologias utilizadas, a avaliação do

desempenho dos alunos e a interação entre os diversos membros da comunidade escolar.

Na atualidade, organização do trabalho pedagógico foca no protagonismo do aluno, com o uso de metodologias ativas, planejamento que considera a diversidade e o contexto sociocultural, e articulação entre tecnologia, currículo (BNCC) e liderança, visando uma formação integral e significativa, apesar de desafios como a falta de formação continuada e recursos, exigindo uma visão mais sistêmica e colaborativa da escola.

A análise sobre a organização do trabalho pedagógico na educação básica revela que este processo está longe de ser um conjunto de ações isoladas, realizadas apenas com base em métodos e técnicas dos professores. Ao contrário, trata-se de uma prática social imersa em um contexto histórico, cultural e socioeconômico complexo, marcado por diferentes interesses, valores e ideologias. Como discutido ao longo deste trabalho, a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) e a implementação de políticas educacionais eficazes são elementos centrais para uma educação de qualidade, que atenda à diversidade de alunos e seja capaz de promover mudanças significativas na sociedade.

Entretanto, a falta de um direcionamento claro e eficiente nas Políticas Públicas tem prejudicado a evolução do ensino no Brasil, especialmente no Ensino Fundamental. O modelo atual, muitas vezes focado em resultados padronizados e na avaliação em larga escala, não tem conseguido superar as desigualdades sociais e educacionais, colocando o país em uma posição aquém de nações mais desenvolvidas. Como vimos, essa realidade está diretamente ligada à estrutura da educação básica, à implementação de

currículos rígidos e ao foco excessivo na mensuração de resultados numéricos, em detrimento da formação integral dos alunos.

Para que o Brasil consiga avançar significativamente em termos de qualidade educacional, é imprescindível uma mudança nas políticas públicas, voltada para uma educação que valorize não apenas a formação técnica, mas também a cidadania e o desenvolvimento integral do indivíduo. Isso inclui um maior investimento no fortalecimento das escolas públicas, na valorização do magistério e na promoção de uma gestão escolar democrática e inclusiva. A educação deve ser vista como um direito universal e um meio para garantir a igualdade de oportunidades, além de permitir que os alunos se preparem para os desafios do mercado de trabalho e para a construção de uma sociedade mais justa e participativa.

Portanto, a organização do trabalho pedagógico deve ser repensada à luz de uma visão mais ampla, que considere as especificidades da realidade de cada escola e aluno, promovendo uma educação que não seja apenas técnica, mas também humana, crítica e transformadora. Somente com políticas públicas eficazes, que envolvam todos os atores da comunidade escolar e que respeitem as particularidades locais, será possível alcançar os avanços desejados na educação brasileira, preparando os indivíduos para um futuro mais digno e promissor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Célia de Souza. **Estágio e docência: a formação do pedagogo e a prática do ensino**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

2. OLIVEIRA, J. F. de; LIBÂNEO, J. C.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.
3. TARDIF, M. (2014). **Saberes docentes e formação profissional**. Editora Vozes.
4. GADOTTI, M. (2015). **Pedagogia da Escola Popular**. Editora Cortez.
5. LIMA, M. A. (2016). **A organização do trabalho pedagógico na escola básica**. Editora Vozes.
6. FREIRE, P. (1996). **Pedagogia do Oprimido**. Paz e Terra.
7. MACEDO, E. M. (2019). **Metodologias Ativas: teoria e prática na educação**. Editora Pearson.
8. PERRENOUD, P. (2017). **Avaliação para aprender: a formação de professores e o papel da avaliação na escola**. Artmed.
9. SOARES, M. P. (2018). **Avaliação da aprendizagem: práticas pedagógicas e metodológicas**. Editora Penso.
10. NÓVOA, A. (2007). **Os professores e a sua formação**. Fundação Calouste Gulbenkian.
11. LÜCK, H. (2010). **Gestão Escolar: teoria e prática**. Artmed.
12. CURY, C. R. J. (2011). **A escola e o processo de socialização: reflexões sobre a educação integral**. Editora Ática.

13. TORRES, C. A.; CORAGGIO, M. **Educação e Globalização: a agenda do Banco Mundial**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
14. MARTÍNEZ BOOM, J. **Educação e Desenvolvimento Humano: Um novo olhar sobre as necessidades de aprendizagem**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
15. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília,

Cejane de Paula Fernandes Távora: Educadora e Professora da Rede Pública do Estado de Goiás desde 1997. Bacharel em Administração pela PUC Goiás. Licenciada em Matemática pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Pós-graduada em Atendimento Educacional Especializado pela Faculdade Unida de Campinas. Mestranda em Educação na Ivy Enber Christian University. ID Lattes: **060793873876426X**. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-0804-808>.
E-mail: paulacejane@gmail.com